

## RESISTIR E TRANSBORDAR A PARTIR DA EXTENSÃO: A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNICAMP

Lais S. Fraga – Universidade Estadual de Campinas<sup>1</sup>

### Resumo:

Este ensaio tem como intuito apresentar reflexões sobre as resistências e transbordamentos a partir da prática da extensão universitária. Como ponto de partida tem-se o reconhecimento de que, na universidade, há lugares de liberdade e que, por isso, conhecer, pesquisar e construir a resistência é algo possível e necessário para aqueles (as) que optaram (e tiveram o privilégio) por estar na universidade e almejam construir uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa perspectiva, apresento a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, do programa de extensão da Unicamp, e relato a experiência coletiva de resistência e de transbordamento que vivemos. Resistir e transbordar são possibilidades. Não resistir talvez seja impossível, pela dureza do mundo acadêmico. Transbordar, por outra parte, não é óbvio. É preciso se perceber potente, mesmo diante de tanta impotência.

**Palavras-chave:** Extensão; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; Autogestão; Educação Popular.

### Abstract

This essay aims to present reflections on resistance and overflow from the practice of university extension. As a starting point there is the recognition that there are places of freedom in the university and that, therefore, knowing, researching and building resistance is something possible and necessary for those who have chosen (and had the privilege) of being in the university and aiming at building a more just and egalitarian society. From this perspective, I present the Technological Incubator of Popular Cooperatives, Unicamp extension program, and report on the collective experience of resistance and overflowing that we live. Resisting and overflowing are possibilities. Not resisting may be impossible, because of the hardness of the academic world. Overflowing, on the other hand, is not obvious. You have to feel powerful even in the face of so much impotence.

**Keywords:** Extension; Technological Incubator of Popular Cooperatives; Self-management; Popular Education.

## 1. Introdução

Este ensaio busca contribuir com o tema do 5º Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura (EDICC), a partir de minhas experiências como discente, docente, pesquisadora-extensionista e educadora popular na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/Unicamp). O tema do encontro, ‘resistir e transbordar’, me fez passear pelos meus caminhos de resistência na universidade. E talvez este seja o

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp. Graduada em Engenharia de Alimentos (Unicamp), mestre e doutora em Política Científica e Tecnológica (Unicamp). Atua na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNICAMP) desde 2004 e atualmente é coordenadora e presidente do Conselho Orientador da ITCP/Unicamp. Este texto está baseado na conferência de abertura da 5ª edição do Edicc, cujo título era “Universidade Pública – resistir e transbordar”.

ponto de partida: o reconhecimento de que, na universidade, há lugares de liberdade e que, por isso, conhecer, pesquisar e construir a resistência é algo possível e necessário para aqueles (as) que optaram (e tiveram o privilégio) de estar na universidade e almejam construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Para contribuir com a reflexão proposta, este ensaio se inicia com os caminhos trilhados de resistência que vivi e compartilhei na universidade. Apresento posteriormente a ITCP/Unicamp e relato a experiência coletiva de resistência e de transbordamento que vivemos, a partir da extensão. Apresentar a ITCP/Unicamp também tem como intuito registrar essa importante experiência de extensão na Unicamp. Contar essa história fortalece a ideia de quão longe a extensão pode ir com apoio e financiamento.

Resistir e transbordar são possibilidades. Não resistir talvez seja impossível, pelo fato dos nossos corpos serem políticos, mas também pela dureza do mundo acadêmico. Transbordar, por outra parte, não é óbvio. É preciso se perceber potente, mesmo diante de tanta impotência. Este ensaio tem como intuito, diante dessa constatação, compartilhar resistências e transbordamentos para que outros e outras se percebam potentes e busquem construir, a partir da universidade, novos transbordamentos.

## **2. Estar na universidade é resistir**

Iniciei minha trajetória universitária no curso de graduação em engenharia de alimentos, mas posso dizer que sou uma engenheira atípica. Primeiro, porque nunca me interessou trabalhar em uma grande empresa multinacional: não me interessava e não me interessa dinamizar a economia fazendo uma empresa funcionar melhor, na esperança de que isso resulte em um hipotético e irrealizável benefício para a população. Segundo, porque também não me interessa comer a comida que essas empresas produzem. Essas escolhas tornaram evidentes, por contraste, minhas preocupações ecológicas, sociais, políticas em um curso essencialmente voltado para a grande indústria multinacional. Esse traço político-pedagógico do curso deixava de lado espaços como, por exemplo, o processamento da mandioca, alimento que marca nossa cultura alimentar. Outras disciplinas como nutrição e toxicologia, que eram optativas, também não encontravam espaço, bem como a pequena produção de alimentos que a legislação sanitária no país parece combater.

Por esses e outros motivos, se tornou evidente também que as minhas preocupações não tinham lugar, não faziam sentido para o curso que escolhi. No entanto,

elas me ensinaram que engenharia, ciência e tecnologia tinham contornos claramente políticos – e de maneira ambivalente: tanto como limite como quanto possibilidade. Democratizar a engenharia não era uma questão de acesso, mas também de quem estava dentro ou fora do desenvolvimento científico e tecnológico, do que era considerado um problema para a engenharia. Esse caminho me colocou diante de um dilema típico: ao perceber as contradições, decidir largar o curso ou continuar. Continuei e, com isso, se iniciou um caminho de resistência dentro da universidade.

As contradições, todavia, não são exclusivas do curso que escolhi. São elas que estruturam este ensaio. São dezenove anos buscando construir caminhos alternativos para a engenharia e para o desenvolvimento científico e tecnológico. Embora não seja disto que trata o tema do ensaio, faz parte dessa trajetória de resistência a construção do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (Eneds), que já se encontra em sua 15ª edição, e a criação da Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá (Repos)<sup>2</sup>, da qual sou uma das fundadoras. A engenharia, por incrível que pareça, também me fez transbordar.

Para além da engenharia, estar na universidade é resistir. Me parecia (e ainda parece) inevitável para uma mulher resistir ao tratamento sexista e à violência sexual que recebe. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Avon/Data Popular de 2015, 67% das mulheres entrevistadas relatam já ter sofrido violência de um homem na universidade e 28% apontaram ter enfrentado violência sexual no mesmo ambiente.

É inevitável resistir ao apagamento dos saberes das mulheres, resultado da expulsão destas no momento de institucionalização da ciência. Antes, quando a ciência era praticada no âmbito privado, as mulheres participavam do fazer científico, ainda que mediadas por maridos e familiares. Quando a ciência é institucionalizada elas são expulsas e passam a ser aceitas nas universidades em ritmo tímido apenas após os anos 1940 (SCHIEBINGER, 2001). E, com a evidente e persistente segregação horizontal (por disciplina) e vertical (na progressão na carreira) é inevitável resistir à condição desigual na qual nós, mulheres, nos encontramos na universidade.

Aprendi com as pessoas negras que é inevitável resistir ao racismo da universidade, como se não fossem capazes de sequer ser sujeitos do conhecimento. Henrique Cunha Júnior (2010), nos mostra que é preciso recontar a história para que sejamos capazes de enfrentar nosso racismo institucional que perpassa a ciência e a

---

<sup>2</sup> Para mais informações consultar o *site* do Eneds ([eneds.org](http://eneds.org)) e da Repos ([repos.milharal.org](http://repos.milharal.org)).

tecnologia. O autor toca em um tema com o qual, em mais de dez anos de estudo na área de ciência e da tecnologia, não havia me atentado de modo algum: a contribuição da tecnologia africana na formação brasileira. O argumento do texto é simples, mas profundamente transformador: as pessoas negras que foram sequestradas e escravizadas trouxeram também conhecimento técnico e contribuíram para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Eram pessoas que tinham *expertise* em agricultura, metalurgia, entre outras áreas do conhecimento. Em suma, a escravidão também era importação de mão de obra especializada. Ainda hoje há quem acredite que as pessoas negras não estão na universidade por incapacidade e não pelo racismo estrutural que as afasta e as impede de estudar. Para as pessoas negras, resistir à condição desigual de acesso e permanência na universidade se apresenta como uma tarefa inevitável.

Em meio à raramente questionada internacionalização da ciência, se torna cada vez mais difícil, mas também inevitável, resistir, como latino-americano (a), à ausência de referenciais do sul do mundo, à teimosia das revisões bibliográficas que contam uma e outra e mais outra vez que determinada escola de pensamento começou na Europa e nos EUA e que, tardiamente, chegou no Brasil. No tema da ciência e da tecnologia, o pensamento latino-americano em ciência e tecnologia é amplamente ignorado. É preciso resistir à insistente perspectiva de que não temos um pensamento autônomo, pioneiro e relevante.

Por fim, tem sido cada vez mais difícil resistir à mercantilização da universidade, com o produtivismo irracional da pós-graduação, a superlotação na graduação e a total desconfiguração da extensão, a qual agora precisa ser chamada de extensão comunitária ou popular, para se diferenciar da extensão paga e voltada para o atendimento de demanda de mercado.

A extensão, tema deste ensaio, tradicionalmente tem sido o lugar de aproximação com as realidades populares, periféricas, comunitárias, negras, indígenas, cujas contribuições são essenciais para a imaginação de caminhos de resistência e de transbordamento. Tais conjunturas nos ensinam a validade, legitimidade e a urgência do conhecimento produzido pelas classes populares. Neste ponto, nos aproximamos da resistência daqueles (as) que estão fora da universidade

O foco na empresa privada, como lócus privilegiado da inovação, como racionalidade, como modelo de gestão, torna opaca outras possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico. O realce unilateral na sinergia (ou a pretensa sinergia) entre a universidade e a empresa nos desvia o olhar para outras sinergias

possíveis. Por isso, a construção de resistência passa por perguntas sobre o que estamos fazendo? Que rumos estamos seguindo no desenvolvimento científico e tecnológico? E é possível a construção de caminhos alternativos?

Algumas perguntas me perseguem nesses anos de universidade: o que pode a ciência e a tecnologia, para além da empresa privada? O que pode a participação de outros sujeitos na produção científica e tecnológica, para além da empresa e da universidade? O que podem as classes populares não apenas como beneficiários dos efeitos da ciência e da tecnologia, mas também como usuários-produtores?

Enfim, estamos resistindo. Mas quando transbordamos? Na trajetória de resistência traçada até aqui, escolhi resistir e transbordar coletivamente. Pude fazer isso com os diversos projetos de extensão que participei, com meu grupo de pesquisa (Grupo de Análise de Política de Inovação/IG/Unicamp). Transbordei, no entanto, quando conseguimos não apenas perceber que há possibilidades, mas quando nos engajamos nessa construção coletiva de alternativas. Transbordar seria levar a cabo a criação de espaços de experimentação da esperança, reconhecendo todas as contradições e dificuldades.

Por isso, este ensaio é também um convite ao transbordamento, ao engajamento. Porém de um tipo específico, que se volte para aquilo que temos como missão na universidade: formar pessoas e produzir conhecimento. É um convite que nos leva para dentro do trabalho extensionista da ITCP/Unicamp, como um espaço de experimentação da esperança.

### **3. Estar na universidade é transbordar**

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares<sup>3</sup> é a experiência que me permitiu resistir e transbordar na universidade. Foi nela que entendi que a democracia precisa chegar ao chão de fábrica, no nível de produção, e que a maneira convencional de produzir, a heterogestão em oposição à autogestão, conforma e é conformada pela engenharia e pela ciência e tecnologia. A visão extremamente positiva da engenharia, da ciência e da tecnologia, a fé desmedida no progresso, se mostrou, no cotidiano com os grupos populares, desprovida de realidade. Foi também na incubadora que percebi que o

---

<sup>3</sup> As incubadoras são coletivos de discentes, docentes e funcionários não docentes que surgem no país no final da década de 1990. Hoje são mais de cem incubadoras em todo o país. Para saber mais sobre as incubadoras de cooperativas populares no Brasil, ver Fraga (2012).



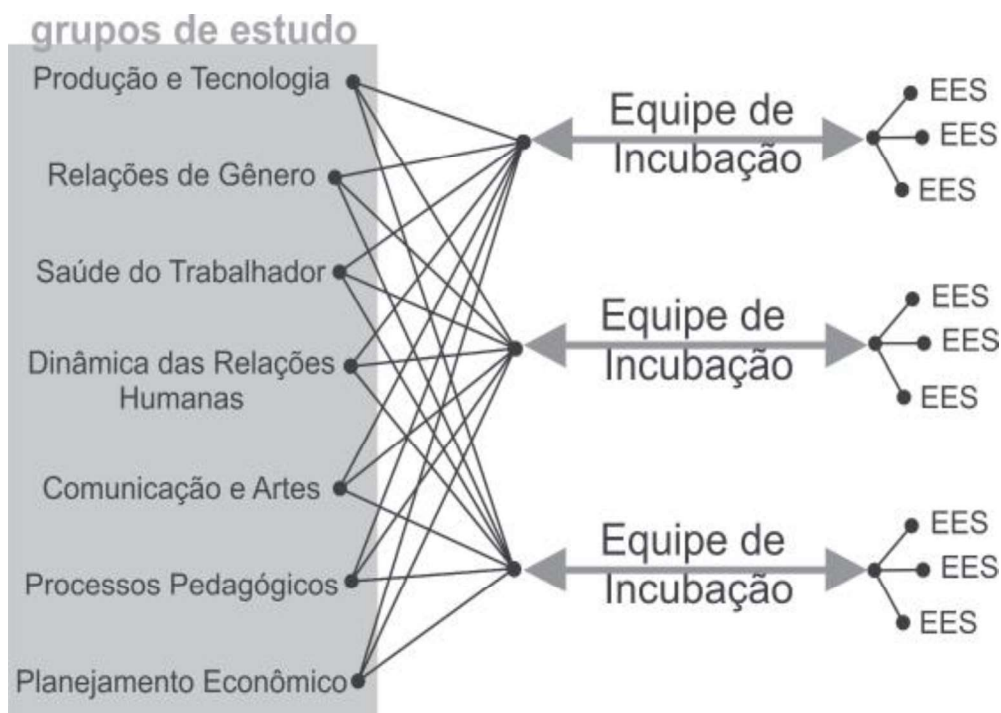
problema não estava só na produção, mas também na reprodução da vida e na conexão perversa e ignorada entre o trabalho produtivo e o reprodutivo.

Como cerne de trabalho da incubadora está a produção coletiva de conhecimento com intuito de transformar a realidade em que vivemos, especificamente aquela dos grupos populares com os quais trabalhamos. A seguir, apresento a ITCP/Unicamp.

O objetivo da ITCP é apoiar grupos populares (cooperativas, associações e grupos informais) orientados para a geração de trabalho e renda. Ao fazê-lo, busca atuar na produção de conhecimento e na formação de pesquisadores (as) e profissionais conectados com os princípios da autogestão, da solidariedade e da educação popular.

A construção do conhecimento é um processo constante na incubadora e acontece nas mais diversas instâncias: nos grupos de estudo, nas reuniões de equipe de incubação, durante as incubações, no decorrer da reunião com os formadores. Optamos por não separar os momentos de ação, reflexão, sistematização, registro e socialização do conhecimento para nos contrapormos à ideia de que existe somente um lugar ou um método para construir conhecimento.

A ITCP/Unicamp está estruturada de maneira a aproximar o estudo e a pesquisa realizados nas mais diversas áreas do conhecimento ao trabalho direto com os grupos populares. Essa aproximação tem a finalidade de produzir um saber válido para a transformação da realidade desses empreendimentos. A figura a seguir ilustra o funcionamento da incubação da ITCP/Unicamp e os seus dois polos.



Fonte: ITCP (2009)

De um lado, temos as diferentes áreas do conhecimento presentes na incubadora na forma de Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (Gepes), composto por estudantes e, em alguns momentos, docentes. Do outro lado da figura estão os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), ou grupos populares incubados. São cooperativas e associações de catadores (as), assentamentos e acampamentos da agricultura familiar, cooperativas de artesanato, construção civil, turismo solidário, associações de profissionais do sexo, entre outros. A equipe de incubação, eixo central das atividades da ITCP/Unicamp e que trabalha diretamente com os grupos incubados, é constituída por uma combinação das áreas do conhecimento que compõem a incubadora. Atualmente, na ITCP/Unicamp, existem oito áreas do conhecimento, o que inclui as sete áreas listadas na figura e, mais recentemente, o Gepes denominado Quilombinho, que tem como foco o estudo de questões raciais.

Como mostra a figura, todo (a) educador (a) popular da incubadora está inserido (a) em uma equipe de incubação, na qual exerce sua prática, e em um grupo de estudo, no qual busca e constrói referenciais teórico-metodológicos para refletir sobre sua prática extensionista e sua formação acadêmica. Assim, temos grupos de estudo e pesquisa disciplinares que se articulam na incubação em um processo interdisciplinar, formando as equipes de incubação. Isso nos conduz a uma prática registrada, refletida e transformada pela teoria; e a uma teoria alimentada e reprojeta pela prática.

A metodologia da ITCP/Unicamp está fundamentada na ação de equipes de incubação. A incubação é o período durante o qual as equipes de educadores (as) acompanham os grupos que querem se tornar cooperativas ou associações, deslocando-se aos locais de funcionamento desses grupos. O processo de incubação é subdividido em três etapas: pré-incubação, incubação e desincubação. Na primeira etapa, acontece o estudo da realidade do empreendimento a ser incubado à luz de diagnósticos e questões específicas de cada uma das áreas de conhecimento da ITCP. É o momento de conhecer a realidade do grupo, sua história, e estabelecer os primeiros laços entre este e a equipe de incubação. Este momento é de extrema importância para que a incubação consiga dialogar com a realidade concreta de cada grupo. Esse diagnóstico é direcionado pelos Gepes e elaborado a partir da observação dos (as) educadores (as), e também de oficinas e debates coletivos com os grupos, buscando levantar os problemas, necessidades e temas geradores para o trabalho com o grupo. A partir desse estudo, é projetado, em conjunto com os (as) trabalhadores (as), um plano de incubação para cada empreendimento. O

planejamento irá organizar o trabalho da equipe com os empreendimentos, mas também deve contemplar outras atividades que a equipe realiza, relacionadas à extensão universitária e à organização interna da ITCP.

No planejamento constam objetivos, prazos, atividades contínuas de assessoramento aos empreendimentos e atividades pontuais (oficinas e seminários). Além disso, a descrição das frentes em que a equipe atuará como um todo e as frentes de atuação específicas de cada formador (a) é apresentada, com base nas áreas de conhecimento contempladas pelos Gepes, de modo a proporcionar um trabalho interdisciplinar de formação. Assim, a equipe tem um eixo central de atuação, mas cada formador (a) tem atividades específicas de sua área.

O planejamento da equipe possibilita a organização necessária para pensar a incubação em longo prazo e, inclusive, promover o planejamento participativo do empreendimento, o qual dará origem ao plano de incubação, isto é, o plano de ações construído coletivamente entre equipe de incubação e empreendimento incubado. Vale ressaltar a importância da construção conjunta deste plano, privilegiando a troca de saberes entre a universidade e os grupos populares, rechaçando uma suposta superioridade do conhecimento acadêmico em relação à realidade destes. A segunda etapa, que é o período de incubação, consiste na execução do plano construído conjuntamente e tem, portanto, duração mais longa. É permeada por um intenso trânsito entre o trabalho das equipes com os grupos e os estudos dos Gepes. É nesta etapa que os conhecimentos acadêmicos são colocados à prova, isto é, são utilizados, avaliados e reprojitados segundo as condições específicas de cada empreendimento e segundo os princípios da economia solidária. Nesse processo, os Gepes atualizam seus debates e experimentam novas formas de intervenção. A última etapa, desincubação, é a finalização da incubação, que deve culminar com o alcance das metas e objetivos levantados durante o processo de incubação. Almejamos, nessa etapa, a sustentação financeira e o fortalecimento político do empreendimento por meio de sua inserção em redes de economia solidária.

É preciso ressaltar que percebemos os limites da incubação para promover a viabilidade dos empreendimentos. O processo de incubação é um dos fatores que fortalece a economia solidária, mas se não existirem crédito, infraestrutura e políticas públicas específicas para o desenvolvimento dos empreendimentos, a incubação, muitas vezes, corre o risco de se tornar pouco efetiva do ponto de vista da viabilidade econômica dos empreendimentos. Mas essa percepção não invalida a necessidade do processo de incubação, tanto para os empreendimentos, quanto para a universidade.



No sentido de se colocar na construção de resistência das classes populares, a atuação da ITCP/Unicamp dialoga com princípios e movimentos históricos que alimentam e suportam nossas ações. Entretanto, também acreditamos que esses princípios não nos apareceram como conceitos estanques e hermeticamente definidos. Afinal, eles se constroem junto a um conjunto de manifestações político-históricas dos trabalhadores. São essas opções que nos levam aos princípios e vice-versa, e é exatamente por isso que não podemos deixar de falar delas aqui. Solidariedade e dialogicidade adquirem sentidos políticos somente quando vistos dentro de um arcabouço de propostas que compõem um projeto de sociedade diferente: a educação popular, a autogestão e a extensão universitária.

#### **4. Autogestão**

A ITCP/Unicamp tem a autogestão como um de seus pilares de sustentação. Numa primeira esfera, procura experimentar estas relações horizontais e não hierárquicas em seus processos deliberativos, criativos e de concepção de trabalho. Numa outra esfera, busca construir uma relação de cooperação e construção coletiva do conhecimento com os grupos populares, rejeitando a transformação do conhecimento acadêmico em um instrumento de poder, opressão e hierarquização frente às cooperativas, aos grupos populares e movimentos sociais que apoia e busca cooperar. Por fim, numa terceira esfera tenta incentivar a autogestão como prática social de organização interna dos grupos, como experiência organizativa e emancipadora.

#### **5. Educação popular**

A incubação de grupos populares é um processo educativo. Para fundamentar esta prática pedagógica, na ITCP/Unicamp, utilizamos autores e metodologias que têm uma proposta educativa coerente com a economia solidária. Isto é, baseamo-nos em teorias que trabalham com os princípios da auto-organização dos educandos, da dialogicidade e da decisão coletiva. Assim, temos a educação popular como nossa principal referência para a ação com os grupos associativos e cooperativas com os quais trabalhamos.

A educação popular não deve ser compreendida enquanto um conjunto de atividades e técnicas de ensino/aprendizagem, mas como forma de iniciar a construção coletiva de uma leitura do mundo - sempre a partir da realidade dos (as) trabalhadores

(as) associados (as), que é bem diferente da realidade escolar. Enquanto a escola é, por excelência, o lugar da aprendizagem, a cooperativa é o lugar da produção do sustento.

Neste sentido, um processo de aprendizagem que venha a ocorrer no espaço de trabalho precisa estar intimamente relacionado aos problemas, às necessidades e aos anseios deste espaço. Procuramos então uma metodologia coerente para o processo de incubação. Uma metodologia de trabalho que considere o saber popular e o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos como uma compreensão legítima e necessária para a transformação da realidade. Esta metodologia deve considerar possível a aliança do conhecimento acadêmico com este outro tipo de saber, sem hierarquizar esta relação.

## 6. Extensão Universitária

Uma concepção de extensão universitária entende que a academia é um local privilegiado para investigação e produção de conhecimento. Nesta linha, as pesquisas são desenvolvidas prioritariamente no meio acadêmico e as tecnologias delas decorrentes devem ser estendidas à sociedade através de cursos ou projetos de inovação, caráter marcante desta concepção.

A nossa leitura do conceito de extensão difere radicalmente do que foi elencado acima por dois motivos principais. Primeiramente, não consideramos a academia como único local legítimo de produção do saber, entendendo que a sociedade não acadêmica possui (e sempre possuiu em suas diferentes épocas) maneiras próprias para desenvolvimento e circulação de conhecimentos e tecnologias.

Como consequência desta primeira ideia, temos o segundo ponto de divergência: se existem diferentes locais com distintas formas de construção do saber não podemos falar em transmissão unilateral de conhecimento de um polo ao outro. Partimos, então, do pressuposto de que o *diálogo* e a *comunicação* são conceitos mais adequados para designar a interação entre diferentes atores (acadêmicos e não acadêmicos), que terão olhares e considerações sobre seus focos de estudos complementados e ressignificados através desta relação.

Esses princípios orientam a atuação da incubadora desde 28 de agosto de 2001, quando a Resolução nº 86 do gabinete do reitor Hemano Tavares reconheceu a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP/Unicamp) junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Preac). Tal ato estabelecia os objetivos da incubadora

e sua coordenação pelo conselho orientador, presidido por um docente indicado pelo reitor.

Em janeiro de 2002, foi assinado o primeiro convênio da incubadora com a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) cujo objetivo era oferecer cursos de capacitação a oito grupos, visando criar cooperativas. Estes cursos tiveram duração de seis meses. O início do Projeto Campinas contou ainda com a realização da “I Capacitação de Monitores da ITCP/Unicamp”, em 2002, investindo os primeiros formadores que viriam a trabalhar neste projeto.

Ao final de 2002, outro convênio foi estabelecido com a PMC, envolvendo onze grupos para a formação de cooperativas populares, em um prazo de 24 meses (2003-2004). Os grupos trabalhavam nos seguintes setores: separação de resíduos sólidos, separação e reciclagem de resíduos da construção civil, produção de alimentos, costura e artesanato. Seis desses grupos acompanhados se tornaram cooperativas legalizadas. Durante a realização deste segundo convênio com a PMC foi realizada a “II Capacitação de Monitores da ITCP/Unicamp”, de setembro a dezembro de 2003.

No final de setembro de 2004, a ITCP/Unicamp assinou seu primeiro convênio em âmbito federal, com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Fundação Banco do Brasil, através do Programa Nacional de Incubação (Proninc), cuja meta era a formação de oito EES nas seguintes áreas de trabalho: juventude em situação de risco, agricultura familiar e rede de cooperativas de triagem de resíduos sólidos. O convênio com o Proninc possibilitou ainda a realização do III, IV e V cursos de Capacitação de Monitores da ITCP/Unicamp, sendo os dois primeiros realizados durante o ano de 2005 e o último no segundo semestre de 2006.

Desde então diversos convênios foram estabelecidos, com a Finep/RTS, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério do Turismo e com o Ministério da Educação (através do Programa Nacional de Extensão – Proext). Outros projetos foram executados principalmente através do financiamento do Proext, com apoio financeiro do Ministério da Educação, e diversos Projetos de Extensão Comunitária da então Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac), atualmente Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec).

Em 17 anos de existência, a ITCP/Unicamp executou 34 projetos, totalizando cerca de três milhões de reais investidos, dos quais cinco foram financiados pelo Programa de Extensão Universitária – Proext (R\$ 629.162,00, isto é 21% dos recursos) e

17 foram financiados pelo Projeto de Extensão Comunitária – PEC (R\$ 170.395,00, isto é 6% dos recursos). Nesses projetos estiveram envolvidos (as) cerca de 200 educadores (as), como bolsistas, e vinte docentes, como executores dos projetos, do conselho orientador ou acompanhando as atividades cotidianas de ensino, pesquisa e extensão. Os projetos foram financiados em sua imensa maioria por entidades públicas, especialmente pelo governo federal, mas também por municipalidades e apenas um pequeno projeto obteve financiamento privado.

Em relação aos cursos da ITCP/Unicamp, foram ao todo quatro cursos oferecidos via Escola de Extensão da Unicamp (Extecamp), com cerca de 700 inscritos. Os cursos “Capacitação de monitores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp” (180 horas) e “Extensão, universidade e movimentos sociais: pensando práticas conjuntas a partir da Educação Popular” (120 horas) foram oferecidos, com algumas exceções, anualmente desde 2003. Eles são o cerne da ação da ITCP na universidade, uma vez que colocam o tema da extensão comunitária em debate ao garantir um fórum específico para isso, capacitando, do ponto de vista teórico-metodológico, ao mesmo tempo, estudantes que desejam atuar na extensão. O curso sobre “Economia feminista e economia solidária” (40 horas) se destaca como um aprofundamento da atuação com grupos populares majoritariamente composto por mulheres e pela longa atuação do “Grupo de Estudo e Pesquisa de Gênero da ITCP” e foi oferecido duas vezes. Já o curso “Economia Solidária e Tecnologia Social” (8 horas) é também um aprofundamento do Gapes de produção e tecnologia e foi oferecido três vezes.

Em relação aos eventos organizados pela ITCP/Unicamp, estes sempre tiveram o objetivo de proporcionar a reflexão coletiva sobre a prática com os grupos populares através de seminários temáticos, mas também com temas de interesse comum como os de metodologia no âmbito da extensão. Por isso, pode-se perceber uma grande abrangência temática: engenharia e desenvolvimento social, economia solidária, tecnologia social, extensão, resíduos sólidos, comercialização, pesquisa-ação etc. Ao todo, entre seminários e encontros, foram organizados dezoito eventos. Além disso, a ITCP/Unicamp organizou encontros internos anuais de dois ou três dias para avaliação e planejamento das atividades e, sempre que necessário, semanas de formação interna para receber novos (as) educadores (as).

Sobre a produção acadêmica, este é ainda um levantamento a ser concluído. Em uma investigação preliminar, encontramos quatro livros, três trabalhos de conclusão de curso, onze dissertações e oito teses, totalizando 25 trabalhos acadêmicos diretamente

relacionados com a prática extensionista da ITCP. Destas produções destacamos a empírica: Caderno de Metodologias (ITCP/Unicamp, 2009) e a Revista Coletiva (ITCP/Unicamp, 2011; 2013), através dos quais buscamos sistematizar nossa prática tanto do ponto de vista metodológico, quanto teórico. Além de continuar este levantamento seria necessário também buscar os artigos publicados em revistas indexadas, livros e produções audiovisuais. Ainda assim, a quantidade de teses e dissertações aponta para a forte conexão entre ensino, pesquisa e extensão que a ITCP/Unicamp tem buscado realizar ao longo de sua existência.

Por fim, em relação ao público-alvo, a ITCP/Unicamp atingiu diretamente cerca de 850 pessoas, auto-organizadas em 31 grupos populares. Esses grupos (cooperativas, associações e grupos informais) têm como atividade econômica majoritária a coleta e triagem de resíduos sólidos para reciclagem, a produção de alimentos e produção agrícola. De maneira secundária (apenas em relação à quantidade) também foram incubados grupos de artesanato, construção civil, profissionais do sexo, costura, construção finanças solidárias etc.

Atualmente a ITCP conta com duas equipes: uma no campus de Campinas, sob minha coordenação e outra no campus de Limeira, com coordenação do Prof. Rafael Dias, o que nos leva a pensar que temos ainda muito a percorrer.

## **7. Considerações finais**

Como mostram as informações apresentadas, a ITCP/Unicamp é abrangente e permanente e espera, nos seus próximos anos de desenvolvimento, manter seus princípios e esforços rumo à imanência das atividades de ensino, pesquisa e extensão e à construção de uma universidade engajada na busca por soluções para (e com) a realidade das classes populares. A ITCP, mais do que uma inspiração, é uma experiência vivida que, através de seus materiais produzidos, pessoas formadas e grupos populares atendidos, carrega os aprendizados e a semente de sua própria continuidade. Por isso a chamo de espaço de experimentação da esperança. Nestes dezessete anos pudemos viver o sonho da universidade que queremos: democrática, reflexiva e profundamente engajada com as necessidades das classes populares, mesmo que de maneira residual e periférica dentro da Unicamp.

Como disse anteriormente, algumas perguntas me perseguem nesses anos de universidade: o que pode a ciência e a tecnologia para além da empresa privada? O que



pode a participação de outros sujeitos na produção científica e tecnológica para além da empresa e da universidade? O que podem as classes populares não apenas como beneficiários dos efeitos da ciência e da tecnologia, mas também como usuários-produtores?

A ITCP/Unicamp pode ajudar a responder essas perguntas. A extensão me levou a perceber que os (as) catadores (as) podem e devem contribuir com a concepção da gestão dos resíduos sólidos nas cidades. Que agricultores (as) familiares podem contribuir com a construção de alternativas de produção de alimentos, como a agroecologia. Que a luta por moradia em autogestão pode contribuir para pensar as cidades e a construção de habitações populares. Que as mulheres populares, os quilombolas, os indígenas têm guardado conhecimentos indispensáveis para a nossa sobrevivência e para a construção de resistências. O caminho parece ser, depois destes anos de experimentação, o do enfoque no engajamento para com aquilo que tomamos como missão: formar pessoas e produzir conhecimento com as classes populares, os povos e comunidades tradicionais, uma vez que estes são centrais na construção de resistências e transbordamentos para a universidade.

### Referências

CUNHA JUNIOR, H. *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

INSTITUTO AVON. *Violência contra Mulher no Ambiente Universitário*, 2015. Disponível em: <[http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx20151.pdf](http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf)> Acesso em: 17/09/2018.

TCP/UNICAMP. *Empírica: caderno de metodologia*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Coletiva: reflexões sobre incubação e autogestão*. Campinas: IE/Unicamp, 2011, v. 1.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Coletiva 2: Sistematizações sobre a prática autogestionária*. Campinas: IE/Unicamp, 2013, v. 2.

SCHIEBINGER, L. *O Feminismo mudou a Ciência*. Bauru: Edusc, 2001.